

# *Cultura*

Revista de História e Teoria das Ideias



Vol. 30 / 2012  
II Série

UNUS

chc

# ***Cultura***

**Revista de História e Teoria das Ideias**

## *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*

(II Série) vol. 30 – 2012

*Publicação semestral do Centro de História da Cultura  
da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*

Referenciada no catálogo LATINDEX, no ERIH, no classifCS, no CAPES e na AERES.

Publicação interdisciplinar fazendo convergir as perspectivas da história, da filosofia, do pensamento político e dos estudos literários. Trata ideias e práticas políticas, religiosas, científicas, económicas, sociais, estéticas e filosóficas, nas suas formas de expressão e difusão, com destaque para a ligação entre o espaço português e o espaço ibérico, brasileiro e ibero-americano.

**Fundador:** J. S. da Silva Dias

**Director:** José Esteves Pereira

**Subdirector:** Luís Manuel A. V. Bernardo

**Coordenador editorial:** Adelino Cardoso

**Conselho de Redacção:** Adelino Cardoso; Ana Maria Martinho; António Camões Gouveia; Isabel Cluny; João Luís Lisboa; José Esteves Pereira; José Henrique Dias; Luís Crespo de Andrade; Luís Manuel A. V. Bernardo; Margarida Isaura Almeida Amoedo; Maria do Rosário Monteiro.

**Comissão de acompanhamento científico:** Armando Savignano (Univ. Trieste, Itália); Claude Gilbert Dubois (Univ. Bordéus, França); Luís de Oliveira Ramos (Univ. Porto); Norberto Cunha (Univ. Minho); Onésimo Teotónio de Almeida (Brown University, EUA); Roger Chartier (EHESS, Paris e Collège de France, França).

**Referees deste número:** António Braz Teixeira (UA); Carlos Ascenso André (FL-UC); Francisco Oliveira (FL-UC); Ignacio Márquez (CCSH-CSIC); Jordi Vidal (FFL-UAB); José Maurício de Carvalho (U. São João D'El Rey); José Ribeiro Ferreira (FL-UC); Juan Luis Montero (FHD-U. A Coruña); M.<sup>a</sup> Cristina Carrington da Costa (DLC-UA); M.<sup>a</sup> de Fátima Sousa e Silva (FL-UC); M.<sup>a</sup> Helena Trindade Lopes (FCSH-UNL); M.<sup>a</sup> Teresa Payan Martins (CHC-FCSH/UNL); Nair Soares (FL-UC).

**Capa:** Cesare Ripa, *Iconologia*, ed. Pádua, 1618

**Direcção gráfica:** Edições Húmus

**Editor:** Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa / Edições Húmus

Depósito legal n.º 97341/96

ISSN: 0870-4546

Preço deste número: 16,80 euros

Assinatura: 26 euros

Correspondência relativa a colaboração de permutas e oferta de publicações deve ser dirigida a:

Centro de História da Cultura – FCSH da UNL, Av. de Berna, 26 C – 1069-061 LISBOA

Fax: 217 939 228 E-mail: [chc@fch.unl.pt](mailto:chc@fch.unl.pt)

Para referência de números anteriores, consultar: [www.fch.unl.pt/chc](http://www.fch.unl.pt/chc)

*Publicação subsidiada ao abrigo do PEst-OE/HIS/UI0015/2011 da FCT  
(Fundação para a Ciência e a Tecnologia).*

# ***Cultura***

## **Revista de História e Teoria das Ideias**

Vol. 30 – 2012 / II Série

### *A justiça na Antiguidade*

Coordenação

Leonor Santa Bárbara

Francisco Caramelo

### *As editoras e o seu património*

Coordenação

Daniel Melo

**hnmus**



# Índice

A justiça na Antiguidade <i>Leonor Santa Bárbara e Francisco Caramelo</i>	9
<b>I. A justiça na Antiguidade</b>	
O Caso Paneb (Papiro Salt 124). Entre a frustração e o senso de justiça <i>José das Candeias Sales</i>	13
“Conselho a um príncipe”: o poder real e o paradigma da justiça na Mesopotâmia <i>Francisco Caramelo</i>	39
A justiça e os seus sinónimos: modelos de univocidade na expressão pré-clássica do essencial <i>José Augusto M. Ramos</i>	51
O específico da justiça na Bíblia hebraica <i>Armindo dos Santos Vaz</i>	63
O discurso da Justiça em Jeremias 1-25: profetismo, realeza e crítica social <i>João Pedro Vieira</i>	77
Justiça, lei e poder na <i>História da Guerra do Peloponeso</i> <i>Adriana Nogueira</i>	89
O paradoxo da justiça em Epicuro <i>Leonor Santa Bárbara</i>	101
O conceito de justiça nas <i>Máximas Capitais</i> de Epicuro <i>João Pereira de Matos</i>	115
<i>Quae fuerat fabula, poena fuit.</i> Mitologia e justiça na arena romana <i>Nuno Simões Rodrigues</i>	125
Aspectos culturais da concepção de justiça na Roma antiga <i>Maria do Rosário Laureano Santos</i>	141
Derecho de gentes y política religiosa: Roma-Gades <i>António Ruiz Castellanos</i>	149

**II. As editoras e o seu património**

O património da edição contemporânea portuguesa: estado da questão 173  
*Daniel Melo*

“As editoras e o seu património em debate”: introdução problematizante e testemunhos 191  
*Daniel Melo (org.), José Pacheco Pereira, João Corregedor da Fonseca e José Antunes Ribeiro*

**III. Varia**

Esboço do Quadro de Cebes 207  
*Manuel Augusto Naia da Silva*

Vergílio Ferreira. Uma aproximação existencial 215  
*Maria de Lourdes Sirgado Ganho*

A *Anábase* de Xenofonte – Elementos para o estudo da religiosidade grega 225  
*Filipe de Almeida Fernandes Soares*

A metafísica do humano em José Ortega y Gasset e Juan Ramón Jiménez 253  
*Helena Simões*

A censura dos livros de médicos portugueses. Descrição metodológica dos exemplares conservados nas bibliotecas da Universidade de Coimbra 275  
*Hervé Baudry*

**Recensões**

Cícero, *Tratado da República* 291  
*Ana Rita Lopes*

Licurgo, *Oração contra Leócrates* 297  
*Edgar Fernandes*

Ivo Buzek, *La imagen del gitano en la lexicografía española / Historia crítica de la lexicografía gitano-española* 303  
*Iva Svobodová*

**Autores** 311

**Authors** 317

**Resumos e palavras-chave** 323

**Abstracts and keywords** 331

## **“As editoras e o seu património em debate”: introdução problematizante e testemunhos**

*Daniel Melo (org.), José Pacheco Pereira, João Corregedor da Fonseca e José Antunes Ribeiro*

### **1. Introdução problematizante**

*Daniel Melo*

Tal como aludido no artigo anterior, o painel «As editoras e o seu património: preservar, disponibilizar e divulgar como medidas urgentes» tornou-se um marco na área dos estudos sobre a edição e sobre património por causa do seu carácter inovador – nunca até então se tinha feito um encontro exclusivamente destinado a debater a questão da preservação, valorização e disponibilização dos arquivos definitivos das editoras portuguesas. Além deste pioneirismo, ele contou ainda com um conjunto de intervenções muito diversificadas mas unidas pela sua qualidade, com uma excelente receptividade (atestada na sala lotada e interessada até ao fim) e com um debate vivo, construtivo e de uma extensão incomum – cerca de noventa minutos de duração, cortesia da organização do congresso de que fez parte a APBAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.

Todas estas razões levaram-me a solicitar aos oradores – João Alvim, José Pacheco Pereira, João Corregedor da Fonseca e José Antunes Ribeiro – uma versão escrita das suas intervenções, para ser entregue num curto espaço de tempo, de modo a poder sair em forma de dossiê em número deste ano da presente revista. Esse dossiê incluiria ainda um artigo meu de fundo, caso fosse aprovado após leitura crítica (pelo sistema de *blind referee*), o qual visou desenvolver os enunciados que propus aos oradores, que foram publicados enquanto resumo do painel e que foram expostos na minha intervenção inicial no mesmo. A intenção era permitir que o essencial do encontro fosse do conhecimento dum auditório mais alargado, deste modo possibilitando uma reflexão mais aprofundada, e que o tema se mantivesse presente na agenda pública.

João Alvim não pôde enviar o seu depoimento, por manifesta falta de tempo, ficando em aberto a hipótese de sair em número posterior da revista *Cultura*. Seja como for, aproveito para referir que a sua intervenção foi feita a título pessoal, pois o tema ainda não foi debatido no seio dos órgãos sociais da entidade a que preside, a APEL – Associação

Portuguesa de Editores e Livreros, enquanto representante do grupo Porto Editora. Uma questão relevante por si introduzida no debate foi a da preservação do livro digital, porquanto este segmento que se antevê venha a predominar a nível internacional (por ora bastante pujante nos EUA) ainda não tem um enquadramento claro para todos quanto ao modo de se proceder à salvaguarda de cópias. Similar problemática é extensiva à correspondência electrónica.

José Pacheco Pereira explanou as características mais importantes da sua actividade de colecionador, bibliófilo e divulgador partindo do seu diversificado espólio documental, iconográfico e de «curiosidades» sobre a contemporaneidade, parte dele doado por cidadãos anónimos ao longo das últimas décadas, graças à sua visibilidade enquanto figura pública (na tripla condição de político, comentador e investigador) e à transparência e qualidade do trabalho que tem desenvolvido. Tal qualidade deve muito ao facto de não só recolher, organizar, guardar e classificar a documentação como de disponibilizar a sua leitura no meio de comunicação actualmente mais democrático, a Internet, através dos blogues que criou e mantém: *Abrupto*, *Estudos sobre o Comunismo* e *Ephemera*. A sua biblioteca, com cerca de cento e dez mil títulos, é talvez a maior biblioteca privada portuguesa. Dado que a preservação futura de todos estes materiais exige uma estrutura que está para além da linhagem familiar, Pacheco Pereira equacionou a possibilidade de criar uma fundação; contudo, a recente reformulação oficial do seu enquadramento inviabiliza estruturas leves em termos de recursos humanos, que considera o formato adequado para este tipo de projectos. Com a sua intervenção permitiu aprofundar uma questão nevrálgica que é a da articulação entre entidades públicas, privadas e associativas no esforço de salvaguardar, valorizar e disponibilizar o património das editoras. A sua defesa da necessidade de existirem fundações como as que pretende criar, dado o seu perfil e a necessidade de diversificação dos pólos patrimoniais, advoga uma maior convergência de esforços entre Estado e sociedade civil que permita superar bloqueios burocráticos, jurídicos, políticos e de mentalidade. O essencial da sua intervenção vem plasmado em texto que publicou na sua coluna no jornal *Público* e no blogue *Abrupto*, e o qual reproduzimos aqui, com o devido reconhecimento, dada a riqueza do seu conteúdo.

No seu depoimento, João Corregedor da Fonseca enalteceu a intervenção cívica e reflexiva da editora e revista *Seara Nova*, que co-dirige enquanto presidente da Associação Intervenção Democrática, e realçou a aposta na disponibilização em linha dos conteúdos do periódico seareiro, um modo de manter vivo o seu património progressista. Denunciou ainda casos de perda patrimonial relativa a jornais e editoras relevantes, por incúria pública, e pugnou por uma maior atenção para a questão da preservação e do seu amparo pelas entidades públicas e privadas.



Partindo da sua multifacetada experiência enquanto editor, livreiro, poeta e dinamizador cultural, José Antunes Ribeiro evocou em jeito panorâmico o labor de algumas das mais importantes editoras (e seus agentes) das últimas décadas. O co-fundador das editoras Assírio & Alvim e Ulmeiro e das livrarias Obelisco, Ulmeiro e Livrarte corroborou a perda de alguns materiais do extinto jornal *O Século*, enquanto testemunha ocular, informação importante que devia ser levada em conta em revisão crítica da rubrica «História custodial e arquivística» do Fundo «Empresa Pública Jornal O Século e Popular», depositado na Torre do Tombo e ainda não totalmente inventariado (cf. <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=1009215>). Na qualidade de promotor e membro da primeira direcção da APEL (1974-76), destacou o papel dessa primeira liderança pós-gremial na integração desta associação nos organismos internacionais como a União Internacional de Editores e ressaltou que os órgãos sociais foram então sufragados em eleições muito participadas, deste modo ressaltando a sua legitimidade democrática e ajudando a melhorar informações incompletas como as que surgem em texto específico da Infopédia (cf. [http://www.infopedia.pt/\\$associacao-portuguesa-de-editores-e-livreiros](http://www.infopedia.pt/$associacao-portuguesa-de-editores-e-livreiros)). José Antunes Ribeiro foi ainda autor do blogue Voo da Coruja (2006-2010), onde publicou textos sobre edição e literatura (por exemplo, em <http://o-voo-da-coruja.blogspot.pt/2006/05/onde-o-autor-se-explica-qualquer.html>).

Sobre as várias intervenções de peritos, bibliotecários e arquivistas na parte do debate aberto, bem como as principais conclusões do painel, remeto os interessados para o meu artigo.

## 2. Testemunhos

### 2.1. *Ofício de caça e recollecção*

*José Pacheco Pereira*

Antes da caça, e mesmo nos primeiros tempos da caça, os homens dedicavam-se à recollecção. Como os outros primatas, seus parentes próximos, o homem andava pela terra recolhendo frutos, bagas, pequenos animais, talvez insectos, o que havia. Andava de bosque em bosque, de rio em rio, e tinha sempre que andar sem parar para obter novo alimento. Os teóricos dizem que a maioria destas comunidades primitivas não era hierarquizada, porque não havia excedentes cuja distribuição implicaria retenção e poder para reter e distribuir, mas nem sempre é assim.

Ainda hoje há caçadores recolectores e essa é a minha tribo. Como eles, também faço parte de uma espécie em extinção: os caçadores e recolectores da memória numa sociedade em que a memória está por muito baixa conta. Memória física de papéis, livros, revistas, jornais, gravuras, objectos, manuscritos, *ephemera*. No meio da selvajaria dos tempos

de hoje, direi, como ontem se dizia e hoje está em desuso, que esta actividade tem sido um lenitivo para a exibição de presunção ignorante e pura patetice em que estamos mergulhados. Mas tinha prometido a mim próprio que esta semana deixava a miséria quotidiana em paz e o mal à solta. Tenho que parar, para não voltar sempre à mesma coisa, fundida, ou refundida que esteja, nestes dias indignos.

Voltemos à caça e recolecção. Todos os dias, é sempre bom repeti-lo, milhares de documentos únicos desaparecem, sejam papéis pessoais, um livro de actas, um relatório colonial com fotografias únicas, um objecto icónico de um tempo, uma organização ou uma ideia. Hoje, em cada manifestação de rua, vai-se embora no lixo, um cartaz, um papel, uma imagem única que não ficou gravada em nada. Nos últimos meses, salvei, com muita alegria e gosto, várias peças dessa memória em acelerada destruição, um longo manuscrito, escrito a lápis, sobre o quotidiano da logística da guerra na Guiné, um relatório com fotografias originais sobre as inundações de 1967, notícias sobre os portugueses no Havai no início do século XX, umas actas socialistas do final do século XIX e início do século XX, notas de reuniões estudantis do tempo da crise de 1962, alguns jornais de muito pequena tiragem do tempo do PREC, e por aí adiante. Já não é a primeira vez que falo disto, mas esta é uma publicidade que faço intencionalmente, para impedir mais destruições na morte de um pai, numa mudança de casa, num divórcio complicado, ou pura e simplesmente, na gigantesca incúria administrativa de muitas instituições, na insensibilidade de outras e na falta de recursos generalizada.

Salvo raras excepções, esta é uma actividade mal vista por muitas das instituições oficiais, e por alguns profissionais que deveriam ter um papel deste tipo e não têm. Por um lado, é sempre uma competição que não desejam, por outro é muitas vezes a demonstração de que é possível fazer muito mais com pouco dinheiro, mas mais gosto e diligência. Desconfiam dos que consideram “amadores”, com muita arrogância corporativa, e já uma vez tive que lembrar que sem os amadores não tinha havido a recolha musical de Giacometti, nem a obra do abade de Baçal, nem o Dicionário Bibliográfico de Inocêncio, e que, com muitos defeitos, cada uma destas obras salvou muito mais da nossa memória do que a burocracia académica e corporativa.

Giacometti veio para Portugal não para fazer qualquer tese de doutoramento, mas porque estava tuberculoso. Vinha de uma vida errática de muitos empregos e de uma expulsão do ensino por causa do seu envolvimento na causa da independência argelina. Em Portugal, registou o som do nosso povo, em riscos de se perder pelo fim do mundo rural, e pela competição da televisão. Francisco Manuel Alves, abade de Baçal, era um pároco de aldeia, nas profundezas de Bragança, típico caçador-recolector, desorganizado e nem sempre rigoroso, mas sem ele muito se teria perdido das *Memórias arqueológico-históricas*

*do distrito de Bragança: repositório amplo de notícias corográficas, hidro-orográficas, geológicas, mineralógicas, hidrológicas, biobibliográficas, heráldicas.*

Inocêncio da Silva tinha apenas uma educação comercial. Na sua Carta apologética (...), prevenindo as increpações que possam ser-lhe dirigidas de futuro, escreve que "os esclarecidos estadistas, por felicidade do país incumbidos do governo supremo da república", o mais que lhe permitiam era deixá-lo consumir-se "no expediente maquinal e subalterno das minúcias administrativas", ou seja, mandar a juízo "um ratoneiro, que sacara algum lenço das algibeiras alheias", ou um vendedor clandestino da lotaria espanhola, ou a passar o dia a escrever editais para impedir que se deitem no Santo António bichas de rabiar.

Inocêncio a seguir explica que, depois disto tudo, voltava a casa para continuar a trabalhar muitas horas no seu dicionário, cujas despesas suporta, visto que o máximo que a Imprensa Nacional lhe dá é a possibilidade de vender alguns volumes. Inocêncio queixa-se de como a sua obra merece elogios estrangeiros e "vitupérios da casa" e mesmo um "lorpa" chamou-lhe "trapeiro de folhetos". A sua conclusão é de enorme actualidade: "cada dia mais me convenço de que para a nossa geração actual livros da índole do Dicionário Bibliográfico são trastes não só dispensáveis, mas também completamente inúteis."

Depois de construir o meu "Gabinete de Curiosidades", que fazer dos frutos da caça e recolecção?

Deixar de herança não é solução, porque uma vez atingida uma certa dimensão, só uma dedicação quase absoluta pode continuar este trabalho. Nenhuma destas colecções aguentou mais do que duas gerações e raras chegaram às três, e compreende-se que assim seja. Havia depois três alternativas: vender, doar ao Estado, criar uma fundação.

Vender está para mim fora de causa, mas às vezes apetece e compreendo que alguns o façam: perante a incúria do Estado e a hostilidade corrente. Apetece pegar nas coisas e melhorar a vida com a recompensa não só dos gastos como do trabalho de organização, que, como se sabe, é um dos principais valores incorporados. E claro que há mercado, a começar por muitas instituições estrangeiras que estão aí bem presentes no país, a comprar espólios únicos, cujos donos, por necessidade ou raiva com a sua terra e as suas instituições, os preferem vender. Não é o meu caminho.

Doar ao Estado é contrário ao espírito deste tipo de caça-recolecção, que é suposto ser uma actividade da sociedade e na sociedade, complementar mas diferente daquela que realizam instituições que têm meios e recursos muito maiores, mas que também paralisam mais facilmente. De igual modo, a sensibilidade arquivista do Estado é demasiado conservadora e não é por acaso que instituições como a BDIC, a Hoover e o Instituto de História Social de Amesterdão começaram de forma diferente e evoluíram de forma diferente. Para

além disso, o Estado não cuida dos seus bens, e muito menos vai fazê-lo nos tempos mais próximos. Espólios doados ao Estado, quando este os aceita, visto que muitos são recusados, estão por tratar, fechados e inacessíveis.

Sobra a criação de uma fundação, que até há uns meses era uma actividade benemerente, vista positivamente pela comunidade, hoje passa por ser uma actividade criminosa. Há cada vez mais dificuldades e não é pelas razões moralizadoras que por aí circulam. Dois grandes responsáveis por esse processo de ignomínia das fundações são os que abusaram do seu estatuto, incluindo grandes empresas que usaram e usam as fundações para operações fiscais, e o Estado, que permitiu esses abusos e cometeu ele próprio o maior, ao usar o estatuto das fundações para desorçamentação e para alargar o campo dos *jobs for the boys*.

É interessante verificar que, depois de um relatório feito com os pés, a maioria das aberrações continua a funcionar e a única coisa que vai ficar é uma lei mal feita, cheia de erros, estatista e prepotente, assente na desconfiança do Estado em relação a tudo o que seja privado, e obrigando as fundações a gastar os seus recursos mais para manter uma burocracia interna do que para prosseguir os fins que os seus doadores pretendiam.

Sim, porque o acto inicial de uma fundação privada é uma oferta a todos de bens até então privados, e muitas fundações podem viver sem dinheiros do Estado. Podiam, mais do que o que podem, porque o Estado, em vez de usar a concessão da utilidade pública como mecanismo de distinguir quem a tem, de quem apenas a quer para obter benefícios fiscais, prefere destruir esse mecanismo de doação aos portugueses, que é criar uma instituição de serviço público, que actua em áreas onde ou não há dinheiro do Estado, ou onde a centralização desertificou recursos e oportunidades.

Eu, que fui estúpido em não querer nunca criar uma fundação enquanto tive funções políticas, e que sou igualmente estúpido em vir falar disto em público, vejo-me agora a braços com uma lei absurda que só atinge quem quer, como antes se dizia e agora não se usa, “fazer o bem”, sem impedir qualquer abuso quer do Estado, quer daqueles que por aí passam com um olho, em terras de cegos. Vamos ver como as coisas evoluem.

(in *Público*, 3/XI/2012, transcrito também no blogue Ephemera, <<http://ephemerajpp.com/2012/11/09/oficio-de-caca-e-recoleccion-publico-3-de-novembro-de-2012/>>)

## 2.2. Intervenção de João Corregedor da Fonseca sobre o papel da *Seara Nova*

*João Corregedor da Fonseca*

Antes de intervir neste painel convém alertar-vos para o facto de eu não ser um técnico bibliotecário, arquivista ou documentalista. Como é evidente, hesitei na aceitação do convite que me foi formulado pelo Dr. Daniel Melo, investigador com obra feita, filho de um amigo, o jornalista António Melo, que dedicou alguns anos à feitura da revista *Seara Nova* que continua a ser editada trimestralmente.

Por isso, esclareço que possivelmente não irei enriquecer o debate, pois é bem natural que acabe por preencher este tempo com lugares-comuns, com afirmações susceptíveis de não se rodearem de qualquer novidade. Porém, concluí que talvez não fosse despidendo lançar algumas notas tendo em conta a experiência vivida ao longo de tantos anos pela *Seara Nova*, a festejar 90 anos de publicação ininterrupta, mau grado as vicissitudes por que passou principalmente durante o fascismo ao longo do qual desempenhou um notório papel de intervenção cívica e cultural.

Como sabem, a *Seara Nova* teve como fundadores Aquilino Ribeiro, Jaime Cortesão, Augusto Casimiro, Faria de Vasconcelos, o padre Francisco António Correia, Azevedo Perdigão, Câmara Reys, Raul Brandão e Raul Proença.

Tratava-se de um grupo de cidadãos de forte prestígio intelectual e moral, de várias tendências, a que mais tarde se juntou António Sérgio. Opunha-se ao desastre colectivo que naquela época, 1921, se sentia em Portugal – parece ser sina nossa a repetição regular de tais desastres colectivos... –, ou seja, desigualdades sociais, atraso económico, baixo nível cultural da população, interesses inconfessáveis de clientelas e de oligarquias plutocráticas, ausência de valores e preocupações éticas das camadas dominantes, regime político de mentira e incompetência, alastramento da corrupção e de privilégios entre os detentores dos Poderes.

Tal grupo de cidadãos que pugnava pelos valores da inteligência, da cultura, da ética, do desenvolvimento e progresso conseguiu, desde o seu primeiro número, que a *Seara Nova* se caracterizasse por grande abertura de espírito – que ainda hoje mantém –, abertura à cultura, à unidade pelos ideais progressistas, de grande rigor ético, criando-se aquilo que se designou de espírito seareiro que perdurou, mesmo depois do final da I República, enveredando pela resistência à ditadura fascista.

Não foi apenas uma revista onde havia preocupação pela divulgação cultural e científica, pela pedagogia, pela irradiação do saber e do conhecimento. Era, ainda, uma influente publicação de carácter político. Re ler, hoje, os anais da *Seara Nova* torna-se um exercício cultural aliciante, pois pelas suas páginas circularam textos dos maiores vultos da nossa

intelectualidade, dos meios políticos e científicos. Centenas e centenas de colaboradores, de personalidades de relevo, enchem as suas páginas, animadas com sugestivos desenhos de artistas plásticos de nomeada, tradição que perdura, uma vez que, há já cerca de cinco anos, as capas são sempre de representativos pintores e escultores.

E não esqueçamos notáveis polémicas entre diversos autores, como não se pode olvidar a sua influência política em momentos bem difíceis por que a sociedade portuguesa passou. E as violências da censura, das invasões e buscas da PIDE. Mesmo assim tinha mais de vinte e cinco mil assinantes e uma tiragem de trinta mil números. Isto durante o consulado obscuro e repugnante de Salazar e Caetano!

Professores, cientistas, jornalistas, sindicalistas, críticos, juristas, economistas, escritores, enfim, de todas as áreas do saber, concorreram e continuam a concorrer, para o seu prestígio. Já agora, informo que nos últimos doze, quinze anos, mais de trezentos colaboradores progressistas de várias áreas têm continuado a apoiar a revista que não esteve nunca, nem está, enfeudada a qualquer partido político, apesar de ser propriedade, há cerca de dezasseis anos, da Associação Intervenção Democrática-ID, organização com forte actuação cívica, cultural e política, que se situa no campo da esquerda e de que sou presidente da sua Comissão Directiva.

Se força a vossa paciência em escutar estas palavras é porque a *Seara Nova* não foi apenas uma revista. Ela manteve durante anos uma editora que publicava dois livros [por ano], e às vezes mais, com o apoio de cerca de vinte e cinco trabalhadores, não obstante a repressão fascista.

João de Barros, Raul Proença, Raul Brandão, Manuel Mendes, David Carvalho, Faure de Rosa, Borges Coelho, Hernâni Cidade, Câmara Reys, Josué de Castro, Antonio Gramsci, Jean Bruhat, José Bacelar, Bento de Jesus Caraça, Alexandre Cabral, Anna Bonboir, Santiago Prezado, Humberto Peres Gonzalez, Francisco Pereira de Moura, Maria Judite Carvalho, Andrade Santos, Keil do Amaral, Mário Castelhana, Abel Salazar, António Sérgio, Armando de Castro, Urbano Tavares Rodrigues, Blasco Hugo Fernandez, Domingos Carvalho, Santana Dionísio, José Manuel Mendes, Luís Carvalho de Oliveira, António Ventura, José Manuel Tengarrinha, Jorge de Sena... A lista é enorme. Colaboravam também, quer na revista, quer, em alguns casos, na editora e nos Cadernos Seara Nova, José Saramago, Machado da Luz, Baptista-Bastos, José-Augusto França, Rogério Fernandes, Augusto Abelaira, Ulpiano Nascimento – o último Director que morreu inesperadamente há um mês –, além de muitos outros respeitáveis colaboradores nacionais e estrangeiros.

Muitos perguntarão: que é feito do espólio, não só da revista como da sua editora? Muita documentação antiga desapareceu por força da actuação da polícia política da ditadura. Isso obrigava a que os seus dirigentes e colaboradores mais próximos – que nunca foram

remunerados como actualmente o não são – escondessem livros, provas de censura, textos impedidos na sua totalidade ou em parte de ser publicados, manuscritos, fotos, desenhos e pinturas. Todo o tipo de documentos, mesmo os administrativos, pois o apetite policial pela lista de assinantes era fácil de calcular.

Mas ainda existe alguma coisa que nós tentamos preservar e que gostaríamos de ver bem guardada e à disposição de investigadores, de professores, de estudantes que, em boa verdade, nos procuram regularmente. Torre do Tombo? Biblioteca Nacional? Para receber um destino inglório como tantas vezes acontece? Nós não estamos interessados em esconder do público egoisticamente esse espólio.

Gostaríamos que houvesse uma instituição credível capaz de o acolher, de o estudar e investigar e não apenas de o fechar em qualquer gavetão esquecido.

Julgo que neste tipo de editoras e de publicações culturais existe muito material de grande riqueza histórica e cultural que urge defender. Informo que, há uns poucos anos, responsáveis de revistas como a *Finisterra*, a *Seara Nova*, a *Brotéria* – outra publicação quase centenária –, a *Vértice* se reuniram no sentido de se conseguir uma actuação conjunta onde este tema também fazia parte da agenda. É tempo de nos voltarmos a reunir.

O tema proposto neste painel conduz-nos possivelmente para uma ampla reflexão de forma a chamar a atenção dos poderes constituídos que não demonstram preocupação na preservação e estudo de tantas e tantas obras e para impedir também o desbaste deste tipo de património que, em muitos casos, sai das nossas fronteiras. E impedir que editoras dirigidas por meros especuladores capitalistas destruam milhares e milhares de livros – alguns irrecuperáveis –, mandando-os para a guilhotina com a alegação de não terem espaço para os manter. E há tantas e tantas bibliotecas, escolas, universidades e associações culturais e recreativas carentes de literatura por falta de verba para a adquirir.

Já agora, a todos nos deve angustiar o destino e a dispersão do espólio da Livraria Portugal como nos deve preocupar o que se passa com a Editora e Livraria Sá da Costa, ainda em funcionamento devido ao empenho dos seus trabalhadores praticamente em autogestão. Creio que se perderam milhares de volumes de obras bem antigas de grande valor bibliográfico entregues coercivamente para se pagar uma pequena dívida. E, já agora, o que é feito, por exemplo, de excepcionais arquivos e bibliotecas de jornais como *O Século*, *Diário de Lisboa*, *Diário Popular*, *Comércio do Porto*, *Jornal do Comércio*, *República*?

A Secretaria de Estado da Cultura nada faz. É um organismo balofo que não concorre para a defesa do património cultural português.

Vou concluir, dizendo que, pela nossa parte, fazemos os possíveis por divulgar algum dos nossos materiais antigos e actuais. Assim, está a circular pelo país uma exposição intitulada “90 Anos Seara Nova”, onde são expostos painéis com textos, gravuras e fotografias

relacionados com aspectos políticos, culturais e sociais significativos ocorridos, década a década, desde 1921, bem como livros raros editados pela Seara Nova, provas de censura, manuscritos e outra documentação que têm sido vistos por muitas pessoas interessadas e, nalguns casos, por professores que têm levado os seus alunos a observar a referida exposição que esteve, já, no Palácio Galveias – um mês –, no Museu da República e Resistência, na Casa-Museu José Régio, em Portalegre, na Biblioteca e Centro Cultural do Seixal, em Santarém no Fórum Cultural Mário Viegas, e na Hemeroteca de Lisboa. Vai ser exposta, ainda, em Faro, em Bragança, na Universidade de Coimbra, em Aveiro, na Faculdade de Letras de Lisboa e vai estar no Porto, na Reitoria da Universidade. E está em curso um apropriado ciclo de conferências com a participação de destacadas figuras dos meios culturais, sociais e políticos.

Julgamos que, desta forma, podemos concorrer para a divulgação de um património cultural que tudo faremos para conseguir preservar e dar a conhecer ao público em geral. Contamos com a vossa ajuda, senhores bibliotecários, arquivistas e documentalistas. Estaremos, sempre, à vossa disposição. E dêem-nos o vosso contributo porque nós, na medida das nossas possibilidades contribuiremos, se assim o desejarem, para a prossecução dos vossos patrióticos objectivos.

XI Congresso Nacional da Associação dos Bibliotecários,  
Arquivistas e Documentalistas (Fundação Calouste Gulbenkian)  
Lisboa, 18 de Outubro de 2012

### *2.3. Edição e património – um depoimento pouco optimista*

*José Antunes Ribeiro*

Na sequência da minha comunicação ao XI Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, realizado na Fundação Calouste Gulbenkian em Outubro de 2012, gostaria de alinhar algumas reflexões sobre o aliciante mundo das relações da edição com o património.

Editor e livreiro há quase 45 anos, sempre me preocupou o interessante património acumulado pelas editoras: correspondência entre autores, editores e tradutores, manuscritos, propostas de edição, provas tipográficas, ilustrações, gravuras, fotolitos, fotos, enfim, todos os papéis com informação importante! Neste vasto património está muita matéria que interessa para estudo e reflexão.

Filho e neto de operários e camponeses pobres, tendo nascido numa casa sem livros, a minha presença naquele painel da Gulbenkian, nesse dia e nessas circunstâncias, é um



acaso do destino. Digo isto para referir a minha dívida de gratidão à minha professora primária. Não esqueço também o papel das Bibliotecas Itinerantes da Gulbenkian e dos seus profissionais a quem devo o estímulo e o prazer da leitura desde menino.

Olhando para trás e para aquilo que vivi, para os contactos com os colegas de profissão ao longo destes anos, para os poucos e incipientes testemunhos conhecidos, suspeito, com alguma mágoa, que já se perdeu irremediavelmente uma parte significativa deste património, atendendo ao enorme “cemitério” onde estão algumas das melhores experiências editoriais do nosso país. A este propósito, quero dizer que assisti com enorme perplexidade ao leilão de livros que se seguiu ao encerramento da Empresa Pública Jornal O Século e Popular. Vi camiões carregados de documentos e pude testemunhar que no chão que tínhamos de pisar nas nossas deslocações estavam, entre muitos papéis, os fotolitos do próprio jornal *O Século* do dia 25 de Abril de 1974 e eu próprio pude recolher o manuscrito de um conto de Guedes de Amorim. Mais recentemente sei que teve idêntico destino a maior parte do Arquivo da Livraria Sá da Costa Editora.

Sem nenhum intuito valorativo, nem rigor temporal, gostaria de deixar a minha admiração pelo trabalho de alguns editores, pedindo desculpa aos leitores por não os enumerar a todos, e esquecendo, de certeza, algum que mereceria ser nomeado:

- Livraria Bertrand, editora mais que centenária, aqui representada neste painel, pelo Dr. João Alvim;
- Seara Nova, de que também temos representação na mesa pelo Dr. Corregedor da Fonseca;
- Editora Ulisseia (1946), do editor Joaquim Figueiredo de Magalhães;
- Edições Cosmos (1938), de Manuel Rodrigues de Oliveira, onde Bento de Jesus Caraça fundou a Biblioteca Cosmos, os “estados gerais” da Inteligência portuguesa, segundo o Professor Vitorino Magalhães Godinho;
- Minotauro, encerrada pelo regime salazarista depois de ter publicado em 1966 *Peças em Um Acto. A Guerra Santa. A Estátua*, de Luís de Sttau Monteiro;
- Editorial Estúdios Cor, com excelente direcção editorial de Nataniel Costa até 1959, ano em que o substituiu José Saramago. Mais tarde, a direcção editorial fica a cargo de Natália Correia. Nesse período são publicadas as *Novas Cartas Portuguesas*, que são proibidas e apreendidas e dão origem a um célebre processo judicial contra as autoras Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno;
- Fernando Ribeiro de Mello/Edições Afrodite (1965). Aqui foi publicada a *Antologia da Poesia Erótica e Satírica*, também proibida, apreendida pela PIDE e com processo judicial;
- Editorial Contraponto, de Luiz Pacheco;

- Moraes Editores/Livraria Morais Editora, comprada por António Alçada Baptista em 1958. A revista *O Tempo e o Modo* começa a sair em 1963;
- Publicações Europa-América (1945). Francisco Lyon de Castro é um nome incontornável na edição portuguesa do século XX. É o primeiro editor português a ter *stand* próprio na Feira do Livro de Frankfurt e editou as actas dos Encontros Internacionais de Genebra onde denunciou a situação do livro em Portugal com as apreensões de livros pela PIDE/DGS;
- Editorial Presença: Francisco Espadinha entra na edição em 1960 e tem como sócio o livreiro António Barata;
- Livros do Brasil (1944), de António de Sousa Pinto. Alguns directores literários: Urbano Tavares Rodrigues, Jorge de Sena, Alexandre O'Neill e João Palma Ferreira;
- Livros Horizonte, 1953, de Rogério de Moura;
- Editorial Verbo, 1958, de Fernando Guedes, que já após o 25 de Abril de 1974, foi Presidente da União Internacional de Editores;
- Editora Arcádia, fundada em 1957. Em 1973 foi vendida ao Grupo Cuf, através da Companhia de Seguros Império;
- Editorial Estampa, de António Manso Pinheiro;
- Publicações Dom Quixote, 1965, arejado projecto editorial de Snu Abecassis. Esta editora mais tarde foi adquirida por Nelson de Matos;
- Porto Editora, muito associada ao livro escolar, adquiriu há pouco tempo a Bertrand, o Círculo de Leitores e mais algumas marcas editoriais;
- Do Porto merecem também menção a *Civilização* e a *Afrontamento* (1963);
- De Coimbra, a *Centelha*;
- A *Portugália Editora* (1942): no plano literário é, provavelmente, a mais importante editora do século XX. O ano de 1942 é referido como o seu início, mas o nome *Portugália* está ligado a Agostinho Fernandes, um grande industrial das pescas e das conservas, editor da revista *Contemporânea* e seu financiador desde o n.º 1, em 1922, e o grande mecenas das artes, das letras e do cinema, que se soube rodear de nomes como João Gaspar Simões, Jorge de Sena e Augusto da Costa Dias, mais tarde José da Cruz Santos, como excelentes directores editoriais. Recentemente a denominada Fundação Agostinho Fernandes, criada por dois dos seus netos, tentou reactivar a *Portugália*, associada à Livraria Sá da Costa Editora e à Livraria Buchholz, mas o projecto saldou-se por um enorme fracasso.

Referirei finalmente as editoras que ajudei a fundar: as Edições Itau, em 1968, a Ulmeiro em 1969 e a Assírio & Alvim em 1972.

Terminarei este pequeno depoimento invocando o nome de Carmen Balcells, a grande agente literária que fundou a “Barcelona Latinitatis Patria” com o objectivo de criar um edifício que congregue os manuscritos, arquivos e bibliotecas pessoais de escritores e editores. Um grande centro de leitura, por sua vez museu e biblioteca, em que tudo seria digitalizado e com uma livraria associada com meios técnicos para a edição *print on demand*.

A nota final pouco optimista é que não tenho a certeza de este projecto se ter concretizado. Por cá talvez se pudesse pensar nesta boa ideia. Isto para não terminar sem algum optimismo.

*José Antunes Ribeiro*